

ECONOMIA PÚBLICA

AULA 6

- *1.4 Limitações da tomada de decisão política (exercícios)*

EXERCÍCIOS:

- I. O papel do mercado e do setor público é analisado segundo visões distintas na concepção de Estado Mínimo e na concepção do Estado de bem-Estar. Identifique e discuta, sucintamente, os argumentos de cada uma das concepções de Estado relativamente a este tópico.

RESOLUÇÃO 1.

I. A visão sobre o papel dos mercados e do setor público no Estado é divergente.

Na concepção do Estado Mínimo:

- É conferida primazia ao papel do mercado na eficiência económica, assegurando-se as condições para o exercício da liberdade de escolha pelos agentes económicos.
- O papel essencial do setor público, intervindo o menos possível, é o de garantir que os mercados funcionem corretamente, no sentido de uma definição e manutenção dos direitos de propriedade, regulação e proteção jurídica dos contratos, e provisão de infraestruturas básicas.
- A correta alocação de recursos é a principal preocupação da intervenção do setor público.
- Na reinterpretação contemporânea do Estado Mínimo, entende-se que o mercado deve ser considerado um processo justo, desde que os direitos de propriedade sejam atribuídos de forma justa e legítima. É privilegiada a liberdade de escolha do indivíduo.
- As desigualdades sociais seriam então explicadas por diferentes atitudes e escolhas dos indivíduos (consumo/poupança; trabalho/lazer) ao longo do tempo. Os mercados, por si só, não seriam veículos de desigualdade social, desde que baseados em direitos de propriedade legítimos, não cabendo ao setor público interferir.

RESOLUÇÃO 1.

I. A visão sobre o papel dos mercados e do setor público no Estado é divergente.

Na conceção de Estado de Bem-Estar:

— Aceita-se que o mercado pode ser um mecanismo eficiente de troca de informação entre agentes económicos e um bom veículo para uma alocação eficiente de recursos.

— Porém, os mercados não constituem processos justos a priori. Dada uma distribuição inicial de direitos de propriedade muito desigual (num dado status quo), os mercados tendem a reproduzir e agravar essas desigualdades.

— O setor público deve usar o seu poder legítimo para modificar as forças de mercado, a fim de promover uma repartição de rendimentos mais justa e assegurar maior igualdade de oportunidades entre os cidadãos. O papel redistributivo do Estado (função de distribuição) surge como um aspecto crucial para atenuar as injustiças fomentadas pela natureza e pelo funcionamento do mercado.

— O setor público é necessário para se alcançar uma sociedade mais justa, reconhecendo que o mercado não conduz a uma alocação de recursos desejável em termos de justiça.

EXERCÍCIOS:

2. Existe um fracasso de mercado quando:

- a. O preço mínimo a que os produtores estão dispostos a vender é superior ao máximo que os consumidores estão dispostos a pagar.
- b. Há oferta do bem, mas não há procura.
- c. Há procura do bem, mas não há oferta.
- d. Não há procura nem oferta do bem.

3. Quando um mercado não funciona de forma competitiva, a razão para a intervenção governamental é que:

- a. Existem externalidades na produção.
- b. Existem bens públicos que não são produzidos.
- c. O mercado privado provavelmente não produz a quantidade eficiente do bem.
- d. Os preços de produção estão abaixo do ótimo.

EXERCÍCIOS:

4. Diga qual das proposições relativamente aos bens públicos não é necessariamente verdadeira:

- a. Não existe rivalidade no consumo.
- b. A exclusão, se possível, não é desejável.
- c. É de provisão pública.
- d. O consumo por mais um indivíduo em nada subtrai a quantidade disponível para os restantes.

5. Diga em que situação não existe conflito entre eficiência e equidade, definida de acordo com o princípio da capacidade de pagar:

- a. Eliminação de taxas moderadoras nos hospitais.
- b. Introdução de portagens em pontes congestionadas.
- c. Eliminação de tarifas de resíduos sólidos urbanos.
- d. Introdução do pagamento de tarifas em toldos de praia com pouca utilização.

EXERCÍCIOS:

- 6.** A regra da maioria qualificada é pouco utilizada para tomar decisões coletivas porque:
- a. Facilita a aprovação de propostas contra o status quo.
 - b. Favorece decisões que representam melhoramentos de Pareto.
 - c. Os custos da tomada de decisão são relativamente mais elevados do que na regra da maioria simples.
 - d. Existe um desconhecimento em relação a esta regra.
- 7.** O modelo do votante mediano é sobretudo útil quando:
- a. O paradoxo do voto não se verifica.
 - b. O número de votantes é grande e há tantos indivíduos que preferem mais como os que preferem menos.
 - c. Apenas uma dimensão da escolha é relevante.
 - d. Se se está perante escolhas em duas dimensões diferentes.

EXERCÍCIOS:

8. O paradoxo do voto traduz-se:

- a. Na falta de incentivos para as pessoas votarem.
- b. Na utilização da regra da maioria, que pode levar a resultados diferentes conforme o método utilizado.
- c. Embora numa escolha coletiva haja a participação de muitos indivíduos, apenas um (o votante mediano) é decisivo.
- d. Nem sempre há uma maioria absoluta para aprovar uma proposta.

9. Na teoria da escolha pública, o comportamento dos dirigentes da administração pública (burocratas) é modelado como tendo como objetivo principal a:

- a. Maximização do nível de serviços.
- b. Maximização da dimensão do orçamento.
- c. Minimização do risco.
- d. Maximização das vendas.

EXERCÍCIOS:

10. Diga qual das proposições é falsa:

- a. A regra da unanimidade favorece o status quo.
- b. Sob a maioria relativa, é mais fácil tomar decisões do que sob maioria absoluta.
- c. O uso de maioria qualificada, e não simples, aumenta a probabilidade de propostas que geram uma melhoria da eficiência serem aprovadas.
- d. Com maioria absoluta, os custos da tomada de decisão são menores que com maioria relativa. (

11. Nas escolhas coletivas, o *logrolling* leva a que se verifique, do ponto de vista do *rawlsianismo*:

- a. Sempre um decréscimo do bem-estar social.
- b. Sempre um acréscimo do bem-estar social.
- c. Um efeito incerto no bem-estar social.
- d. Um acréscimo de bem-estar dos que não participam no *logrolling*.

EXERCÍCIOS:

12. Qual das seguintes hipóteses não é necessária para que se verifique o teorema do votante mediano?

- a. Os votantes terem preferências unimodais.
- b. O espaço da escolha ser unidimensional.
- c. Verificar-se a regra da maioria.
- d. Os votantes terem preferências distintas.

13. A regra da unanimidade quase nunca é utilizada para tomar decisões coletivas porque:

- a. Com esta regra, as preferências dos votantes são semelhantes.
- b. A unanimidade favorece decisões que representam melhoramentos de Pareto.
- c. Os custos da tomada de decisão são mais baixos do que na maioria qualificada.
- d. Qualquer votante tem um poder de veto sobre a decisão coletiva.

EXERCÍCIOS:

14. Identifique a proposição que não é verdadeira: Quando a presença de uma externalidade leva a que haja produção em nível abaixo do ótimo, estamos na presença de uma:

- a. Externalidade positiva.
- b. Externalidade negativa.
- c. Preço do bem abaixo do ótimo.
- d. Imposto pigouviano.

15. O que é falso à cerca de uma externalidade positiva na produção?

- a. Está associada a ineficiência.
- b. A intervenção pública pode levar a que uma quantidade eficiente seja reduzida.
- c. Não se reflete no sistema de preços.
- d. A redução da produção aumenta o bem-estar social.